

# PANDEMIA DO COVID19: DESIGUALDADES ENTRE A REDE PÚBLICA E PRIVADA NO ESTADO DO TOCANTINS

Jhonata Moreira Pereira  
[jhonata.weeb@gmail.com](mailto:jhonata.weeb@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou estado de pandemia, em dezembro de 2019, após recorrentes casos de pneumonias graves na cidade de Wuhan na China, e a consequente proliferação mundial de um novo vírus da família do Coronavírus, o SARS-COV-2. Apresentando como medida primordial para a contenção da disseminação do vírus, o distanciamento social. Assim, em fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde, decretou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, conforme, renunciando o fechamento das escolas, e suspendendo as atividades escolares presenciais, na maioria dos estados e municípios do país. No Estado do Tocantins, todas as atividades escolares presenciais foram suspensas em 16 de março de 2020, por determinação do Decreto nº 6071, como medida de distanciamento social e na busca pela redução do contágio e disseminação do vírus entre a comunidade escolar.

Diante do contexto, nos propomos neste trabalho problematizar a ampliação dos níveis de desigualdades na garantia do direito à educação, analisando em uma perspectiva crítica, os dados oficiais do estado do Tocantins quanto à distorção idade/série, a média de horas aulas diárias, as taxas de abandono e o acesso a tecnologia e internet, apontando as discrepâncias entre a rede pública e a rede privada no território.

## DESENVOLVIMENTO

Com a paralisação das atividades presenciais nas unidades escolares públicas e privadas, em face do Decreto do Governo Estadual, o Conselho Estadual de Educação, publicou normativa **nº 634 de 07 de abril de 2020**, indicando a possibilidade da oferta de atividades não presenciais e a

reorganização do calendário escolar. Desde então, as unidades escolares tanto públicas quanto particulares puderam desenvolver atividades pedagógicas não presenciais, mediadas por tecnologia ou com entrega de material impresso aos estudantes, para devolução às escolas, em geral no prazo de quinze dias.

No entanto, é bastante questionável a realização das atividades de natureza não presencial, dado que segundo a pesquisa por Amostra Domiciliar Contínua (Pnad) de 2017, apenas 27% dos domicílios no Brasil contam com acesso à internet, tablet ou computador. Assim, ao analisarmos o quantitativo de horas aulas ofertadas em 2020, pelas escolas públicas e particulares, os dados nos revelam uma discrepância considerável, visto que a maioria dos alunos das escolas públicas não possui acesso aos meios tecnológicos como internet, tablet ou computador, sendo o processo de ensino e aprendizagem não intermediado por um professor, mesmo que de forma *online*.

<b>MÉDIA DE HORAS AULA</b>						
	<b>Anos Iniciais 2019</b>	<b>Anos Iniciais 2020</b>	<b>Anos Finais 2019</b>	<b>Anos Finais 2020</b>	<b>Ensino Médio 2019</b>	<b>Ensino Médio 2020</b>
<b>Rede Pública</b>	4,7	4,7	4,8	4,9	5,3	5,3
<b>Rede Privada</b>	4,4	4,5	5,0	5,0	5,6	5,7

Fonte: Censo Escolar/Inep.

Para coadunar com essa análise, os dados de evasão/abandono considerando o Censo de 2019, referentes às escolas públicas e particulares, revelam que a rede pública no Tocantins, ainda num contexto anterior à pandemia, apresenta um quantitativo de evasão muito superior à rede privada. Assim sendo, infere-se que o estado não tem conseguido aplicar políticas públicas com excelência, no intuito de garantir a permanência dos alunos nas escolas. Ressaltamos que os dados disponíveis ainda são referentes ao ano

letivo de 2019, o qual podemos considerar como um ano letivo comum, sem maiores desafios. Contrapondo-se totalmente ao ano letivo de 2020, com desafios extras trazidos pelo contexto pandêmico.

<b>TAXA DE ABANDONO/EVASÃO</b>			
	<b>Anos Iniciais 2019</b>	<b>Anos Finais 2019</b>	<b>Ensino Médio 2019</b>
<b>Rede Pública</b>	<b>0,3</b>	<b>1,9</b>	<b>4,5</b>
<b>Rede Privada</b>	<b>0</b>	<b>0,1</b>	<b>0,2</b>

Fonte: Censo Escolar/Inep.

Os dados que traduzem as taxas de distorção idade/série apresentados no Censo 2019 e 2020, para a rede pública e privada no Tocantins, assim como os dados anteriores, desvelam a dificuldade da rede pública em garantir além da permanência dos alunos nas escolas, a possibilidade da conclusão dos estudos na educação básica na idade adequada. As desigualdades apontadas no acesso aos meios tecnológicos, para o desenvolvimento das aulas não presenciais, tendem a potencializar essa diferença, dadas as condições de execução das atividades remotas nas duas redes.

<b>DISTORÇÃO IDADE/SÉRIE</b>						
	<b>Anos Iniciais 2019</b>	<b>Anos Iniciais 2020</b>	<b>Anos Finais 2019</b>	<b>Anos Finais 2020</b>	<b>Ensino Médio 2019</b>	<b>Ensino Médio 2020</b>
<b>Rede Pública</b>	<b>8,9</b>	<b>8,2</b>	<b>5,7</b>	<b>5,4</b>	<b>7,7</b>	<b>7,0</b>
<b>Rede Privada</b>	<b>2,1</b>	<b>1,6</b>	<b>5,7</b>	<b>5,4</b>	<b>7,7</b>	<b>7,0</b>

Fonte: Censo Escolar/Inep

## CONCLUSÕES PARCIAIS

Com a apresentação dos dados quanto ao desempenho das redes públicas e privadas no Tocantins, podemos inferir uma ampliação das desigualdades na qualidade da oferta da educação da escola privada em detrimento da escola pública. Como afirma Saviani p. 41

No que diz respeito às condições, sabemos que as escolas públicas carecem, há muito tempo, de materiais pedagógicos, bibliotecas e mobiliários, além de infraestrutura adequada, com itens primários, como abastecimento de água e rede de esgoto. Isso é bastante ilustrativo das impossibilidades de falarmos em condições propícias para adequações de forma do processo de ensino e aprendizagem.

Saviani, Galvão (2021) apontam essas discrepâncias quando discute as atividades pedagógicas não presenciais, comparando os estudantes, a forma de aplicação do ensino e os conteúdos escolhidos para serem desenvolvidos. O autor afirma ainda que, “no “ensino” remoto, ficamos com pouco ensino, pouca aprendizagem, pouco conteúdo, pouca carga horária, pouco diálogo”.

Esta afirmação é sustentada a partir de um estudo realizado pelo Centro de Aprendizagem em Avaliação e Resultados para o Brasil e a África Lusófona (Clear), que teve como base os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, de 2017 e 2019. Nessa pesquisa constatou-se que os estudantes, que são majoritariamente da rede pública, podem retroceder a aprendizagem em até quatro anos, nos componentes de língua portuguesa e matemática.

Assim sendo, considerando os dados apresentados, que alertam acerca da crescente desigualdade entre as redes de ensino, que conseqüentemente, serão atenuadas devido à pandemia do COVID-19, cabe questionarmos: como

a educação no estado do Tocantins estará nos próximos anos? ; e após o retorno às aulas presenciais, o Estado será “capaz” de reverter uma realidade que outrora já se apresentava em estado de calamidade?

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP-Disponível em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>> Acesso em: 10 maio 2021.

SAVIANI, Demerval e GALVÃO, Ana Carolina. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. *Universidade e Sociedade*, 2021, p. 36-49, ANDES – SN

\_\_\_\_\_. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2017. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 maio 2021.

TOCANTINS, Conselho Estadual de Educação. (07 de 04 de 2020). Conselho Estadual de Educação. Acesso em 10 de 05 de 2021, disponível em Câmara de Legislação e Normas: <https://cee.to.gov.br/legislacoes-e-normas/atos-normativos/camara-de-legislacao-e-normas/>

TOCANTINS, Governo do Estado. (18 de 03 de 2020). Casa Civil. Acesso em 10 de 05 de 2021, disponível em Acervo Digital de Decretos: <http://servicos.casacivil.to.gov.br/decretos/decreto/6071>

BRASIL, Ministério da Saúde. (03 de 02 de 2020). gov.br. Acesso em 10 de 05 de 2021, disponível em Imprensa Nacional: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>